

ARTIGO

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES DA UCPEL

*Renato Della Vecchia**

RESUMO: Este texto é parte de uma pesquisa realizada por alguns professores da UCPEL em 1996 e que visava identificar o perfil sócio-econômico, cultural e político dos estudantes. Este artigo busca identificar alguns elementos que dizem respeito à comportamentos políticos por parte de estudantes, cruzando os mesmos com outras variáveis como relação familiar, renda, curso, etc. Embora haja uma certa distância entre o período em que a pesquisa foi realizada e o momento de sua publicação, acreditamos que boa parte dos dados ainda sejam válidos para algumas análises.

PALAVRAS-CHAVE: estudantes; participação política; universidade.

Preferência e Rejeição Partidária

Buscando analisar o tipo de relação que os estudantes estabelecem com os partidos, percebemos entre 3 questões diferentes, que a quantidade de alunos que de alguma forma se referenciam em partidos políticos é um número superior à média da sociedade brasileira.

Nas respostas obtidas, percebemos que 37,3% dos entrevistados possuem preferência partidária. Este índice confirma-se a partir de mais 2 questões formuladas. A primeira que pergunta qual o partido de preferência. 37,4% (ou seja, praticamente o mesmo índice da questão anterior) declararam sua preferência partidária. A outra questão formulada (e que nos possibilita uma maior margem de certeza quanto a este índice), é o dado de que 39,9% não tem rejeição a nenhum partido político. Parece-nos que estas questões estabeleceram uma clara demar-

* Prof. de Ciência Política na UCPEL e mestrando em C. Pol. na UFRGS

cação entre os que não só não tem rejeição aos partidos, como também simpatizam com algum deles (índice que varia de 37,3% a 39,9%) e os que, não só não tem preferência, como também rejeitam a algum (ou todos) os partidos políticos. 62,6% não tem preferência partidária e 53,8% tem rejeição a algum partido político. A maioria dos que não tem preferência partidária é composta dos mesmos estudantes que tem rejeição a algum partido político, embora muitos dos que tenham se posicionado em relação à preferência partidária, também tenham estabelecido o partido que rejeitam.

Em um país onde existe uma percentagem muito alta de eleitores que ignoram ou rejeitam os partidos políticos, o índice de 37,3% de estudantes que tem preferência por algum partido a priori nos parece um dado bastante relevante. No entanto, se considerarmos que a parcela que chega à universidade, (e que em nossa sociedade é considerada privilegiada), tende a ser mais politizada que o conjunto da população em função de sua formação cultural, percebemos que este índice ainda é muito pequeno. Um estudo feito na UFPb nos traz alguns dados para comparações. Ao seu final, esta pesquisa conclui que:

“... Preocupa, no entanto, que mesmo nesta população ‘privilegiada’ no que tange à formação político-cultural, os índices de simpatia partidária estejam por volta de apenas 45% (47,6% em 1989 e 45% em 1994) e que mais da metade (51% em 1990 e quase a metade 49,9% em 1993 não se situem no espectro mais simples das dimensões do Espaço Político”. (Camino, 1997, 103).

Também uma pesquisa realizada em 1992 entre os estudantes secundaristas de Pelotas apresenta índices bastante altos de preferência partidária (55,06%). Já uma pesquisa realizada com estudantes secundaristas do Rio Grande do Norte demonstra um quadro bastante diverso. Para 49% os partidos são inúteis, apenas 23,5% consideram necessários os partidos e 23,5% responderam que não tem opinião formada. Este baixo índice no RN talvez seja fruto de uma realidade específica como o próprio autor percebe. Para ele.

“... a exclusão política acarretada por oligarquias locais persiste, desestimulando os indivíduos a participarem e a interessarem-se pela política, além de alimentar a descrença nas condutas democráticas. Este comportamento, aparentemente mais arredo a uma conduta

democrática, é considerado como mais evidente nas regiões vistas como “tradicionais” (estados do Nordeste), em oposição às regiões ‘modernas’ (estados do Sul-Sudeste). (Ferreira, 133).

Por outro lado, para compararmos pesquisas feitas em âmbito de universidades ou escolas com pesquisas mais gerais, poderíamos pegar dados referentes à uma pesquisa feita com a população de Porto Alegre em 1994. Segundo esta pesquisa, 21,5% discordam de ambas as afirmações (Baquero, 1997). Como podemos perceber, mesmo Porto Alegre que é considerada uma cidade bastante politizada comparado com outras regiões do país, apresenta um baixo índice de aceitação dos partidos. Poderíamos supor, a partir desta série de dados, que os índices de legitimidade dos partidos no ambiente escolar são superiores aos da população em geral. Da mesma forma tende a ser superior nas regiões Sul e Sudeste em relação às regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste.

Partidos com maior aceitação e rejeição

Dos 37,4% dos que responderam qual seu partido de preferência, 59,89% (o que corresponde a 22,4% da amostra selecionada) optou pelo PT como sendo o partido preferencial. O segundo lugar ficou com o PPB (10,6% dos que tem preferência), o terceiro lugar com o PMDB (9,3%) e o quarto lugar com o PDT (8%). Os demais partidos ficaram com índices muito pequenos.

A maior rejeição partidária também ficou com o PT. Dos 38,8% que manifestaram rejeição a algum partido político, 41,49% escolheram o PT. Em segundo lugar ficou o PFL com 12,37% e um terceiro o PMDB com 10,82%.

Estes resultados são similares à inúmeras outras pesquisas em que o PT aparece como o partido com maior preferência e maior rejeição. Pesquisa realizada entre estudantes secundaristas de Pelotas em 1992 apresentou um índice de 42,33% de preferência pelo PT dos alunos que tinham alguma opção partidária e 13,9% de rejeição (maior rejeição e maior preferência). Dados colhidos pelo Instituto Opinião Pública na eleição municipal de 1996 também apontam este mesmo fato. Nas 2 pesquisas realizadas pelo referido instituto em que incluiu preferência e rejeição partidária nas questões abordadas, o PT aparece em primeiro

lugar nos dois itens. Durante estas pesquisas, mais de 60% dos pelotenses disseram que não tem preferência ou rejeição por nenhum partido político, números que também aproximam-se dos colhidos entre os estudantes da UCPEL.

É provável que a maior densidade ideológica que caracteriza o PT, principalmente se confrontado com os demais partidos de base nacional, é que poderia explicar que os eleitores utilizem-no enquanto um ponto de referência positiva ou negativa.

Preferência ou rejeição partidária de alunos que trabalham e que não trabalham

Supúnhamos inicialmente que, do ponto de vista da aceitação ou rejeição dos partidos políticos, poderia haver alguma diferenciação entre os estudantes que tinham alguma atividade econômica própria e os que eram financiados em seus estudos por seus pais. Esta diferenciação poderia ocorrer por dois motivos: em primeiro lugar em função da influência que os pais poderiam exercer sobre os filhos no caso da dependência econômica e, no segundo caso, o fato dos estudantes também trabalharem poderia colocá-los em uma situação de maior proximidade com aquilo que denominamos de cidadania, ou seja, uma relação mais direta com os problemas sócio-econômico e políticos enfrentados pelo conjunto da população brasileira. Concluímos, ao contrário, que não existe relação entre o fato do estudante trabalhar ou não com preferência ou rejeição partidária. Dos que não trabalham, 36,7% tem preferência partidária e dos que trabalham, 38,7%. Como no geral 37,3% tem preferência por algum partido, estes números (diferença de apenas 1%) demonstram que não existe relação entre o estudante trabalhar e possuir preferência por algum partido.

A rejeição partidária, por sua vez, coloca-se da mesma forma. 55% dos que não trabalham rejeitam os partidos políticos e 52,1% dos que trabalham também possuem este mesmo posicionamento. Como no geral 53,8% rejeitam os partidos políticos, estes números mantêm-se dentro da média. O trabalho, nesse caso, não foi um fator que modificou o processo de socialização dos mesmos.

Participação política dos estudantes da UCPel

	não resp.	tem preferência	não tem preferência	total
não trabalhador (v.abs.)	16	189	310	515
(%)	3,1	36,7	60,2	100
trabalhador (val. absolutos)	9	135	205	349
(%)	2,6	38,7	58,7	100
não resp. (valores absol.)	1	2	2	7
(%)	10,0	20,0	70,0	70
total	26	326	522	874

Tabela 1 - Alunos que trabalham x preferência partidária

	não resp.	tem preferência	não tem preferência	total
não trabalhador (v.abs.)	33	283	199	515
(%)	6,4	55,0	38,6	100
trabalhador (v.abs.)	20	182	147	349
(%)	5,7	52,1	42,1	100
não resp. (valores abs.)	2	5	3	10
(%)	20,0	50,0	30,0	100
total	53	470	349	874

Tabela 2 - Alunos que trabalham X rejeição partidária

Rejeição partidária de acordo com a idade

Um dado que nos parece importante nesta pesquisa é que a rejeição partidária diminui com o avanço da idade dos entrevistados, passando de 41,6% de rejeição entre os estudantes com menos de 20 anos e chegando a um índice relativamente baixo de 28,3% entre os alunos com mais de 35 anos.

Por esta pesquisa, no entanto, não foi possível nenhuma relação entre idade e preferência partidária na medida em que existe uma oscilação que varia de 31,1% a 44,7% de preferência partidária sem que no entanto haja qualquer curva ascendente ou descendente que signifique relação entre estas duas variáveis.

	não responderam		tem preferência		não tem preferência	
	v.abs.	%	v.abs.	%	v.abs.	%
IDADE						
não responderam	2	4,30	21	44,7	24	51,1
menos de 20	4	1,70	74	31,1	160	67,2
mais de 20 até 25	7	1,90	140	38,7	215	59,4
mais de 25 até 30	6	4,80	55	44	64	51,2
mais de 30 até 35	2	4,10	19	38,8	28	57,1
mais de 35	5	9,40	17	32,1	31	58,5

Tabela 3 - Rejeição e preferência partidária de acordo com a idade

Rejeição e preferência partidária de acordo com o sexo

As mulheres tem uma rejeição partidária bem maior do que os homens em relação aos partidos políticos. 61,3% das mulheres rejeitam os partidos e apenas 42,7% dos homens tem a mesma posição. Considerando que o índice geral de rejeição é de 53,8%, percebemos que é bastante significativo o peso que o sexo feminino tem no sentido de aumentar a rejeição aos partidos políticos dentro da UCPEL, principalmente se levarmos em conta que existe mais mulheres que homens na universidade (59,5% mulheres contra 40,5% de homens). No entanto, na questão referente à preferência partidária não acontece o mesmo. 37,7% das mulheres e 36,7% dos homens tem preferência partidária e 59,8% das mulheres não tem preferência enquanto que 59,6% dos homens está nesta situação. É importante salientarmos que a não preferência por algum partido não pode ser confundido com rejeição a alguma estrutura partidária.

	não responderam		tem preferência		não tem preferência	
	v.abs.	%	v.abs.	%	v.abs.	%
SEXO						
feminino	13	2,50	196	37,7	311	59,8
masculino	13	3,70	130	36,7	211	59,6

Tab. 4 - Sexo dos alunos que trabalham x preferência partidária

Participação política dos estudantes da UCPel

	não responderam		tem preferência		não tem preferência	
	v.abs.	%	v.abs.	%	v.abs.	%
SEXO						
feminino	30	5,8	319	61,3	171	32,9
masculino	25	7,1	151	42,7	178	50,3

Tab. 5 - Sexo dos alunos que trabalham x rejeição partidária

Rejeição e preferência partidária de acordo com a renda

A estratificação até uma renda de 10 salários mínimos não apresenta diferenças no que relaciona-se com a rejeição à partidos políticos. No entanto, a partir deste patamar, percebe-se uma gradativa diminuição da rejeição na medida em que aumenta a renda. Vejamos: de 5 a 10 salários, 57,8% de rejeição; de 10 a 15, 57,1%; de 15 a 20, 52,1%; de 20 a 30, 50% e a partir de mais de 30 salários, 47,49 de rejeição aos partidos políticos.

Surpreendentemente, se analisarmos aqueles que tem preferência partidária, veremos que até 30 salários mínimos existe uma certa estabilidade que situa-se entre os 33,9% aos 44,6%. No entanto, a partir da faixa que atinge 30 salários, há uma queda para 26,3%.

Preferência partidária relacionada com a ocupação

Devido a ser uma amostra muito pequena para que pudesse ser cruzada com inúmeras variáveis, não é possível extrairmos conclusões definitivas. No entanto, a priori parece não haver relação entre ocupação e preferência partidária.

Critérios para a escolha do voto

O critério fundamental na escolha do voto é o candidato. 79,9% definem seu voto pela figura do candidato e apenas 16% consideram em primeiro lugar o partido. Esta é uma tendência predominante em todo o sistema político brasileiro e fruto de uma cultura e de uma legislação eleitoral que privilegia os indivíduos e não as estruturas partidárias (não

existência de fidelidade partidária; lista aberta, partidos fracos, etc.).

No entanto, se analisarmos apenas os alunos que tem preferência partidária, 75% optam pelo partido e não pelo candidato.

Dos alunos que possuem rejeição os partidos, pelo contrário, a maioria (59,2%) preferem o candidato e não o partido.

O que é levado em consideração na hora de votar

01) DISCURSO DO CANDIDATO (Questão 126)

76% dos alunos consideram o discurso do candidato muito importante ou importante (34,2% e 41,8% respectivamente). 15% consideram o discurso muito importante e apenas 3,9% consideram que o discurso não tem nenhuma importância. Em função de uma visão muito disseminada no senso comum de que “todos prometem as mesmas coisas”, parece-nos que a atenção dada ao discurso dos candidatos é representado por um índice bastante significativo.

02) SIMPATIA PELO CANDIDATO (Questão 127)

9% dos alunos consideram como muito importante na escolha do voto a simpatia pelo candidato. 40,7% consideram importante; 31,8% pouco importante e apenas 12,6% acham que a simpatia não tem nenhuma importância na hora do voto.

03) TRAJETÓRIA/PERCURSO POLÍTICO DO CANDIDATO (Questão 128)

Quanto à trajetória política do candidato, 89,3% consideram importante ou muito importante (“33,9% e 55,4” respectivamente). 4% consideram um elemento pouco importante e apenas 1,6% acham que não tem nenhuma importância.

04) VIDA PRIVADA DO CANDIDATO (Questão 129)

Em relação à vida privada do candidato, 15% acham muito

importante, 31,5% importante; 32,8% pouco importante e 14,6% não acham que tenham algum tipo de importância.

05) **IDONEIDADE MORAL** (Questão 130)

Somando os que acham muito importante a idoneidade moral, (63,6%), ou importante, (26,8%), chega-se a um índice de 90,4% dos entrevistados, o que demonstra que entre estudantes que situam-se numa situação sócio-econômica mais confortável do que a maioria de nossa população, não tem grande impacto a tradicional idéia do “rouba mas faz”, frase utilizada comumente durante os processos eleitorais, principalmente nas zonas periféricas dos municípios. 3,9% consideram pouco importante a idoneidade moral e apenas 1,6% acham que não tem nenhuma significação.

06) **CONFIANÇA NO PARTIDO QUE APRESENTA O CANDIDATO** (Questão 131)

Curiosamente, 31,2% consideram muito importante a confiança no partido e 38,7% consideram importante. 18,3% acham este critério pouco importante e 6,4% não vêem nenhuma importância no que refere-se à confiança no partido. Parece-nos curioso este dado na medida em que 79,9% apontam o candidato como o principal critério para escolher o candidato e apenas 16% consideram em primeiro lugar o partido para depois escolher o candidato.

07) **GRAU DE INSTRUÇÃO DO CANDIDATO** (Questão 132)

43% consideram o grau de instrução do candidato como muito importante; 40,4% importante; 10,1% pouco importante e apenas 1,9% como nenhuma importância. Parece-nos que esta questão está um pouco prejudicada porque não consegue estabelecer com precisão se o entendimento do entrevistado com “instrução do candidato” foi relacionado com aquilo que estabelecemos como instrução formal ou se foi entendido como um conjunto de conhecimentos que o candidato possui e que pode inclusive ser fruto apenas de sua experiência de vida. Não podemos, portanto, deduzir desta questão que necessariamente haja nesta resposta

um preconceito contra candidatos que não tenham tido a oportunidade de cursar a escola regular. De qualquer forma, não podemos desconsiderar a importância atribuída por 83,7% dos alunos a este item.

08) **PROGRAMA DO PARTIDO** (Questão 133)

Esta resposta reproduz mais ou menos os mesmos índices do item “confiança no partido”. 34,8% consideram muito importante; 37,4% importante. 18,3% pouco importante e 4,7% acham que não tem nenhuma importância.

09) **BOM DESEMPENHO DO CANDIDATO OU DO PARTIDO NA TV E RÁDIO** (Questão 134)

13,2% consideram muito importante para a definição de seu voto o desempenho na mídia; 39,7% consideram importante, 18,3% consideram pouco importante e 9,3% acham que não tem nenhuma importância.

10) **ESTRUTURA DA CAMPANHA (CARTAZES, OUTDOORS, PANFLETOS...)** (Questão 135)

A estrutura da campanha, que tem se revelado como um fator determinante na maioria das eleições, é percebido como não sendo muito importante pelos alunos da UCPEL. Apenas 5,3% consideram muito importante; 22,9% importante, 47% pouco importante e 19% não atribuem nenhuma importância a este fator.

11) **INDICAÇÃO DE AMIGOS/FAMILIARES** (Questão 136)

Chama a atenção o baixo índice de estudantes que atribuem importância à indicações de candidatos por parte de amigos e/ou familiares. Apenas 16,2% atribuem importância a este fato, sendo que 2,9% acham muito importante e 13,3% consideram importante. 39,1% atribuem pouca importância e 38,1% nenhuma importância.

12) **CONHECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO**
(Questão 137)

Conhecer pessoalmente o candidato tem um peso muito grande na definição do voto. 31% consideram muito importante e 35,6% acham que é importante, perfazendo um total de 66,6% (2/3 dos alunos). 19,7% acham pouco importante e 8,5% atribuem nenhuma importância a este fato.

Tabela 6 - O que é levado em consideração na hora de votar

Critérios que definem o voto

Analisando o conjunto dos fatores que influenciam no voto, e utilizando como critério para auferir a preferência a somatória das opções muito importante e importante, temos os seguintes resultados: em primeiro lugar, aparece a idoneidade com 90,4%; em segundo lugar a trajetória do candidato (89,3%) e em terceiro o grau de instrução (83,4%). Como último critério, e bastante distanciado dos demais, ficou a estrutura material da campanha com apenas 28,5%.

itens	m. imp. v. abs.	+ imp. %
idoneidade moral	790	90,4
trajetória do candidato	780	89,2
grau de instrução	729	83,4
discurso do candidato	664	76,0
programa do partido	631	72,2
confiança no partido	611	69,9
conhecimento pessoal	582	66,6
bom desempenho na televisão e rádio	462	52,9
simpatia pelo candidato	435	49,8
vida privada do candidato	406	46,5
estrutura da campanha	249	28,5
indicações amigos familiares	141	16,1

Tabela 7 - Critérios que definem o voto

Quanto a participação em atividades associativas

Apenas 13% dos alunos da UCPEL declararam que possuem algum tipo de participação em entidades associativas. Destes, 4,6% participam de entidades estudantis; 3,7% de partidos políticos (não especificando se são filiados ou não); 1,8% de sindicatos (o que pode ser apenas a simples filiação ao sindicato); 1,1% participam de CEBs e 0,6% de associações de moradores. Ainda teve 0,7% que declarou outros tipos de participação.

Quanto à participação em partidos políticos, este é um índice inferior ao da sociedade brasileira em geral. Segundo dados do IBGE de 1988, 3,77% dos brasileiros maiores de idade são filiados a algum partido político. Como a questão formulada em nossa pesquisa não perguntava se era filiado ou não, mas sim se mantinha algum vínculo partidário, e também levando em consideração que o ambiente universitário deveria ser um espaço onde houvesse uma maior politização, parece-nos que este índice é bastante baixo.

No que se refere à filiação a sindicato, se formos comparar com outros dados, veremos que é insignificante o número de pessoas vinculadas aos mesmos na UCPEL. Segundo a mesma pesquisa organizada pelo IBGE, 11,2% dos brasileiros maiores de 18 anos são filiados a sindicatos, enquanto que em nossa Universidade apenas 1,8% tem vinculação com as estruturas sindicais. Talvez houvesse uma explicação

na medida em que as pessoas que estão na universidade estão preparando-se para entrar futuramente no mercado de trabalho e talvez vincular-se a algum tipo de sindicato. No entanto, precisamos lembrar que a maioria dos nossos estudantes trabalham durante o dia e estudam à noite, já se constituindo, portanto, em trabalhadores.

tipo de participação	v. abs.	%
sindicato	16	1,8
associação de moradores	5	0,6
CEBS	10	1,1
partido político	32	3,7
DCE, D.A.	40	4,6
nenhuma	427	48,9
outras	9	1
não responderam	335	38,3
total	874	100

Tabela 8 - Tipo de participação política

Participação extra-classe

Apenas 18% dos estudantes declararam ter algum tipo de participação em atividades extra-classes dentro da Universidade. Destes, 7% (quase a metade dos que exercem alguma atividade), são (ou foram) monitores; 3,7% possuem bolsa de trabalho na UCPEL; 2,7% tem estágio voluntário; 1,3% possuem bolsa de iniciação científica, 1,1% frequentaram cursos de extensão; 1% atividades extra classe voluntárias nas atividades de suas respectivas escolas; 0,3% relacionam-se com a capelania e apenas 0,1% cursou alguma matéria optativa. É importante ressaltar que estas atividades extra-classes não necessariamente estejam sendo exercidas atualmente pelos entrevistados, mas a pergunta inclui também aquelas pessoas que em algum momento da vida universitária tiveram bolsas de iniciação científica, monitorias, etc.

Também se pode perceber que não existe relação entre participação extra-classe e preferência partidária, pois dos alunos que possuem

preferência partidária, 39,5% tem participação em atividades extra-classe e 36,6% não tem nenhuma participação. O mesmo pode ser aplicado à rejeição partidária na medida em que 52,9% dos que tem alguma participação extra-classe e 55,3% dos que não tem nenhuma participação extra-classe também possuem rejeição aos partidos políticos.

Algumas conclusões

De forma geral, algumas conclusões poderíamos extrair do conjunto de questões referentes à participação política dos estudantes da UCPEL.

1) As mulheres tem maior rejeição que os homens em relação à partidos políticos;

2) não existe diferença entre estudante que trabalha e que não trabalha, bem como em relação à ocupação, quanto à aceitação ou rejeição partidária;

3) a partir de um certo patamar, a rejeição partidária diminui na medida em que aumenta a renda e a idade;

4) a partir de uma renda superior a 30 S.M. há uma queda grande no que diz respeito à preferência partidária;

5) o Partido dos Trabalhadores, seguindo uma tendência observada em outras pesquisas, é o partido que apresenta um maior percentual de simpatia e ao mesmo tempo de rejeição;

6) o índice de simpatia por algum partido político (37,3%), embora superior à média da sociedade brasileira, ainda é inferior à outras universidades e escolas secundárias se comparado esta pesquisa com outras similares;

7) os três principais critérios para definir o voto por parte dos estudantes da UCPEL são: 1º idoneidade moral (90,4%); 2º trajetória do candidato (89,3%) e, 3º o grau de instrução (83,4%);

8) a participação dos estudantes da UCPEL em partidos políticos e/ou entidades associativas é muito pequena se comparado com outros estudos.

Critérios de Classificação Econômica

Critérios de Classificação Econômica da Pesquisa sobre o Perfil Sócio-econômico e Cultural do Estudante de Graduação da UCPel

Instrução do chefe de família	
não freqüentou	0
1º grau incompleto	0
1º grau completo	1
2º grau incompleto	2
2º grau completo	3
superior incompleto	3
superior completo	4
especial	4
mestrado/doutorado	4

Item de posse	Não tem	1	2	3	4 ou -
Automóvel	0	2	4	5	5
Televisão	0	2	3	4	5
Banheiro	*				
Empregada mensalista	0	3	3	3	3
Rádio (excluído do carro)	*				
Aparelho de som	0	1	2	3	4
Máquina de lavar louça	0	1	1	1	1
Máquina de lavar roupa	0	1	1	1	1
Videocassete	0	2	2	2	2
Forno de microondas	0	2	2	2	2
Aspirador de pó	*				
Geladeira comum e/o freezer	*				

* *Dados não relevados*

Renato Della Vecchia

Classe	A1	A2	B1	B2	C	D	C
Critérios de pontos	27 ou mais	22 a 26	18 a 21	14 a 17	8 a 13	3 a 7	0 a 2

Critérios de Classificação Econômica Brasil adotado da ABA e ANEP com a concordância da ABPIEME

Instrução do chefe de família	
Analfabeto/Primário incompleto	0
Primário completo/Ginásial incompleto	1
Ginásial completo/Colegial incompleto	2
Colegial completo/Superior incompleto	3
Superior completo	5

Item de posse	Não tem	1	2	3	4 ou -
Automóvel	0	2	4	5	5
Televisão	0	2	3	4	5
Banheiro	0	2	3	4	4
Empregada mensalista	0	2	4	4	4
Rádio (excluído do carro)	0	1	2	3	4
Aparelho de som	*				
Máquina de lavar louça	0	1	1	1	1
Máquina de lavar roupa	*				
Videocassete	0	2	2	2	2
Forno de microondas	*				
Aspirador de pó	0	1	1	1	1
Geladeira	0	2	2	2	2
Freezer	0	1	1	1	1

* *Dados não relevados*

Participação política dos estudantes da UCPel

Classe	A1	A2	B1	B2	C	D	C
Critérios de pontos	30 ou mais	25 a 29	21 a 24	17 a 20	11 a 16	6 a 10	0 a 5

BIBLIOGRAFIA

BAQUERO, Marcelo. Novos Padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: BAQUERO, M. (org.). *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos*. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS e Centro Educacional La Salle de Ensino Superior.

SCHMIDT, João Pedro. *O que Pensam os Jovens, Hoje. Imaginário social dos estudantes dos Vales do Rio Pardo e Taquari*. - Santa Cruz do Sul: [s.n.].

CAMINO, Leôncio, LIMA, Marcus Eugênio Oliveira e TORRES, Ana Raquel R. Ideologia e Espaço Político em Estudantes Universitários (UFPb) 1990 e 1994. In: CAMINO, Leôncio, LHULLIER, Louise e SANDOVAL, Salvador (org.). *Estudos sobre Comportamento Político: Teoria e Pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997, p. 87 - 105.

JORNAL ZERO HORA, 31/12/99

